



FILIADO À



O REGISTRO

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto de Campinas e Região

Base territorial: Americana, Artur Nogueira, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Indaiatuba, Jaguariúna, Limeira, Louveira, Nova Odessa, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo

Campinas, 18 de outubro de 2017

ANO XXX - Nº 702

www.sindae.org.br - Gestão 2016-2020

Trabalhador morre após cair de escada na Domasa 4

Direção do Sindae cobra investigação séria sobre as causas do acidente

Na quarta-feira, 11 de outubro, véspera do feriado prolongado, a direção do Sindae e os trabalhadores da Sanasa foram surpreendidos com a trágica notícia sobre a morte do companheiro João Alves dos Santos, mais conhecido como “João da Carpintaria”. Ele caiu de uma escada, não resistiu aos ferimentos e faleceu. Após a liberação, o corpo foi velado no Cemitério da Saudade em Campinas e transladado para São José do Rio Preto, onde foi sepultado.

O companheiro João tinha par-

ticipação ativa nas atividades convocadas pela direção do Sindae, desde assembleias gerais e setoriais até as grandes mobilizações da categoria. Aposentado, tinha feito sua adesão ao Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), iria se desligar da empresa em dezembro e se mudar para São José do Rio Preto.

A notícia da sua morte consternou a todos os trabalhadores, sobretudo àqueles que conviviam com ele diariamente na Carpintaria. “O jeito alegre de relacionar

com os colegas vai fazer muita falta”, lamentaram.

APURAÇÃO

A morte de um trabalhador, em decorrência de um acidente de trabalho, traz preocupação e a primeira questão que surge é sobre as causas. Por conta disso, a direção do Sindae se reuniu com a presidência da Sanasa na segunda-feira, 16 de outubro, e cobrou a imediata apuração dos fatos e total transparência nos seus resultados.

Divulgação do eSocial deve ir além da intranet

Na última segunda-feira, dia 16 de outubro, a Gerência de Recursos Humanos da Sanasa divulgou comunicado na Intranet a pretexto de esclarecer os trabalhadores sobre o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, mais conhecido como eSocial, cuja implantação está prevista para 1º de janeiro de 2018.

Na edição 700 do boletim O Registro, já havíamos tratado do assunto, porém, voltamos a ele por considerar insuficiente a forma como a empresa está lidando com a questão.

Para a direção do Sindae, as informações e esclarecimentos sobre o eSocial devem ir além da intranet.

Os impactos da sua morte na vida do trabalhador mostram que não se pode deixar por conta das coordenadorias a responsabilidade pelas explicações.

Por deter todas as informações sobre o eSocial, cabe à Sanasa esclarecer e tirar todas as dúvidas dos trabalhadores; nem que para isso seja necessário realizar reuniões



em cada local. Este expediente já foi utilizado em outras ocasiões, algumas delas bem recentes como, por exemplo, as setoriais para o uso consciente do convênio médico.

Como a iniciativa privada participa do saneamento

Grupos estrangeiros aumentaram sua participação no setor no Brasil

Na sétima parte da Nota Técnica do Dieese sobre a situação do saneamento básico no Brasil, abordamos as experiências de privatização do setor existentes no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), a iniciativa privada opera os serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário em 316 municípios de 18 estados. A Abcon estima em 31,11 milhões o número de pessoas alcançadas por estes contratos.

Importante destacar o crescimento da participação de grupos estrangeiros no setor de saneamento básico no país. Recentemente, o grupo japonês Itochu adquiriu 49% da participação da Queiroz Galvão na concessionária Águas do Brasil; o fundo de investimento canadense Brookfield comprou os ativos da

Odebrecht Ambiental, a maior empresa privada do setor; e o fundo de investimento GIC de Cingapura elevou a participação no Grupo Aegea.

Assim como em outros países os problemas causados pela iniciativa privada no saneamento básico levaram o Estado a tomar os serviços de volta, também no Brasil a privatização não é o melhor dos mundos. Dois casos são exemplares.

Em 2013, o governo de Pernambuco assinou um contrato de PPP entre a Compesa e a Odebrecht Ambiental. No entanto, técnicos do Tribunal de Contas do Estado (TCE) divulgaram estudos em que apontam diversas irregularidades; entre elas, o compromisso não cumprido de construir cinco novas ETAs. Apenas foi construída.

Em Itu, onde a gestão do saneamento estava nas mãos da iniciativa privada desde 2007, a prefeitura

decretou intervenção em junho de 2015 e encerrou o contrato. O principal motivo que levou ao rompimento com a gestão privada em Itu foi o não cumprimento dos investimentos previstos em contrato. Além disso, auditoria realizada na concessionária revelou várias irregularidades na prestação dos serviços, desde aumento abusivo de tarifa a sucateamento de equipamentos e instalações.

Os exemplos mostram que o serviço prestado pela iniciativa privada no país não conseguiu mostrar-se melhor, tampouco mais econômico do que o serviço oferecido pelas empresas públicas, como sustentam os defensores da privatização. As empresas privadas não demonstram ser mais eficientes na prestação dos serviços, e nem conseguem atender aos usuários de forma adequada e satisfatória.

Alckmin manda “PL da Maldade” à Assembleia Legislativa

Na contramão da retomada da economia e do fortalecimento de políticas públicas para conter o avanço das desigualdades no pós-golpe, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) enviou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 920/2017, que prevê a limitação das despesas primárias por dois anos, o que significa, em outras palavras, limitar os investimentos em saúde, educação e demais serviços, prejudicando toda a população de São Paulo, em especial os mais pobres que dependem da rede de serviços públicos.

A política é semelhante ao congelamento, por 20 anos, dos investimen-

tos públicos proposto pelo governo de Michel Temer (PMDB). Pela proposta, o governo só poderá aumentar os investimentos de acordo com a inflação do ano anterior, medida pela variação do IPCA. Ou seja, os investimentos nas áreas sociais serão praticamente zero. Mesmo se houver crescimento, a regra se mantém.

Imagine que o governo investe em obras, saúde, educação e transporte, mas os gastos serão limitados pela variação dos preços ao consumidor (IPCA) e não pela capacidade de arrecadação e investimento do Estado. Essa política foi aplicada por Temer e está sendo seguida à risca por Al-

ckmin. Mesmo governando o estado mais rico do País e, portanto, com maior capacidade de arrecadação, Alckmin submeteu-se às políticas recessivas, mesmo sabendo que isso prejudicará, sobretudo, a população mais vulnerável.

Tal medida impactará também os servidores públicos, pois aprofundará o arrocho salarial a que eles estão submetidos há anos. Os servidores já enfrentam a realidade do congelamento dos salários, porém, agora, essa política será expressa na forma de lei, o que se torna ainda mais agravante.

